

HISTÓRIA CENTENÁRIA DA Faculdade de Ciências Econômicas 1909-2009

GENTIL CORAZZA
Organizador



UFRGS
EDITORA

HISTÓRIA CENTENÁRIA DA
Faculdade de Ciências Econômicas



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Acadêmica
Rui Vicente Oppermann

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Sara Viola Rodrigues

Conselho Editorial

Alexandre Santos

Ana Lúgia Lia de Paula Ramos

Carlos Alberto Steil

Cornelia Eckert

Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Rejane Maria Ribeiro Teixeira

Rosa Nívea Pedroso

Sergio Schneider

Susana Cardoso

Tania Mara Galli Fonseca

Valéria N. Oliveira Monaretto

Sara Viola Rodrigues, presidente

© dos autores
1ª edição: 2009

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto
Revisão: Fernanda Kautzmann
Editoração eletrônica: Luciane Delani

Equipe de pesquisa histórica
Naida Menezes (coordenadora), Clovis Gomes de Oliveira Filho, Denise W. Xavier,
Geórgia S. M. Pinto, Iuri B. Pereira, Leonardo Lima Ferreira, Maria Elisa Swarowsky
Lisboa, Séfora Bertoldi e Wagner Luís das Neves Teixeira.

H673 História centenária da Faculdade de Ciências Econômicas: 1909-2009 /
[organizado por] Gentil Corazza. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
288 p. : il. ; 16x23cm

Prefácio de Hélio Henkin, Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da
UFRGS.

Introdução de Gentil Corazza.

Inclui no anexo lista de diretores, professores, servidores técnico-administrativos
e alunos da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS e Documentos
históricos.

1. Faculdades de Ciências Econômicas – UFRGS - História. 2. Ciências Econômicas – UFRGS – Currículo. 3. Contabilidade – Ensino – Rio Grande do Sul. 4. Ciências Atuariais – Evolução – Faculdade de Ciências Econômicas – UFRGS. 5. Administração – Ensino – Rio Grande do Sul. 6. IEPE – Pesquisa – Pós-graduação. 7. PGDR – Trajetória – Economia – Desenvolvimento rural. 8. Economia – Pós-graduação. 9. Biblioteca – Faculdade de Ciências Econômicas – UFRGS. 10. Movimento estudantil – História. 11. Lideranças – Vida pública – Faculdade de Ciências Econômicas – UFRGS. I. Corazza, Gentil.

CDU 33(091):378UFRGS

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0077-0

A pós-graduação em Economia: origem, desenvolvimento e desafios

ANDRÉ MOREIRA CUNHA*

Introdução

Quando do aniversário dos noventa anos da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE), os professores Roberto Camps Moraes e Carlos Mielitz Netto produziram um importante registro sobre a origem e a evolução do ensino e da pesquisa em nível de pós-graduação na FCE nas áreas de Economia e Desenvolvimento Rural. Nesses trabalhos¹ pode-se perceber o pioneirismo dos esforços empreendidos nas últimas décadas para viabilizar a consolidação da nossa área de conhecimento, em suas múltiplas facetas. Partindo de tal referência, o presente trabalho procura mostrar as características recentes e os desafios futuros do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE). Além desta breve introdução, o capítulo estrutura-se em mais três seções. Na sequência faz-se um breve resumo sobre as origens e desenvolvimento do PPGE, e depois são avaliadas suas transformações neste início do século XXI. Seguem algumas considerações finais, onde se busca apontar para alguns desafios para o futuro do ensino e da pesquisa na área de Economia tendo por referência a experiência acumulada pelo PPGE.

Origens e desenvolvimento

No ano de 2009, a Faculdade de Ciências Econômicas completará cem anos. Atualmente ela abriga cinco cursos de graduação (Economia, Contábeis, Atuariais, Desenvolvimento Rural e Relações Internacionais) e dois programas de pós-graduação (Programa de Pós-Graduação em Economia e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural). Estes últimos têm uma

* **André Moreira Cunha** é bacharel em Economia pela UFRGS, mestre e doutor em Economia pela Unicamp. Professor do Departamento de Economia da FCE/UFRGS e coordenador do PPGE/UFRGS. Foi assessor econômico do BRDE.

¹ Moraes (2000) e Mielitz Netto (2000).

origem em comum, na medida em que, em nível de pós-graduação, a Economia foi um dos cursos pioneiros na UFRGS e no Rio Grande do Sul. Em 1963, foi criado o curso de mestrado em Economia e Sociologia Rural da UFRGS. Em 1971, surge o curso de mestrado em Economia, cuja primeira turma inicia no ano de 1972. Vinte anos depois, em 1992, foi criado o curso de doutorado, vindo a formar, juntamente com o mestrado, o Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE). Em 1999, cria-se o mestrado profissional em Economia Aplicada. Entre 1999 e 2003, foram lançadas as primeiras turmas de mestrado e doutorado do novo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), que tem no curso precursor de 1963 uma de suas raízes. Em 2004, o PPGE foi reestruturado e ampliado, com seu desdobramento em duas áreas de concentração: Economia Aplicada e Economia do Desenvolvimento.

É importante destacar a tradição de ensino e pesquisa da FCE, explicitada, por exemplo, na trajetória do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da UFRGS (IEPE). O IEPE começou a nascer no ano de 1947, quando houve a primeira tentativa de se criar um instituto de pesquisas econômicas, ideia que só veio a materializar-se em 5 de agosto de 1953, como Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (CEPE). Em 1959, o Centro foi transformado em Instituto e foram criadas duas divisões: a Divisão de Ensino, que posteriormente daria origem aos cursos de pós-graduação, e a Divisão de Pesquisas. Traduzindo a preocupação em integrar os aspectos sociológicos dos fenômenos econômicos, foi criada a Seção de Estudos Sociais. No ano de 1958 já se realizaram as primeiras pesquisas de campo. Desde cedo estabeleceram-se laços de financiamento com a Fundação Rockefeller e a Fundação Ford e foram feitos convênios com a Fundação Getúlio Vargas, com o Conselho Nacional de Economia, com o Instituto Roberto Simonsen e com o Departamento Estadual de Estatística. Outro marco importante na história do IEPE foi a criação do mestrado em Economia Rural, em 1963, e o de Sociologia Rural, em 1965. Em 1971, foi criado o mestrado em Economia. Os dois primeiros cursos extinguiram-se e o último desvinculou-se do IEPE. Hoje, o IEPE abriga o novo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, com seus cursos de graduação, mestrado e doutorado.

Características e transformações recentes

O PPGE faz parte de um universo mais amplo, que é o sistema de pós-graduação da UFRGS,² o qual, por sua vez, compreende atividades de ensino e pesquisa visando à formação de recursos humanos, nas diversas áreas do conhecimento, para a docência, para a pesquisa ou para o exercício profissional. Caracteriza-se por sua liderança, não somente em número de cursos ofertados (40% dos cursos do estado e 25% da região Sul), mas também pela qualificação atestada na avaliação do Ministério da Educação, CAPES/MEC. Constituído por 71 Programas, o sistema de pós-graduação da UFRGS oferece

2 As informações aqui referidas são do Relatório de gestão 2008 da UFRGS, publicado em março de 2009 e disponível no endereço http://www.ufrgs.br/ufrgs/a_ufrgs/relatorios/relatorio-gestao-2008.pdf.

139 cursos: 68 mestrados acadêmicos, 9 mestrados profissionais e 63 cursos em nível de doutorado, distribuídos em todas as áreas do conhecimento.

Na última avaliação (triênio 2004-2006), a UFRGS ocupava posição de destaque, juntamente com a UFRJ e a UFMG: enquanto o Sistema Nacional de Pós-Graduação é constituído por 31% de Programas com alto desempenho (notas 5, 6 e 7), a pós-graduação da UFRGS apresenta 65% de seus Programas neste patamar, e dentre eles está o PPGE. Participam do sistema 1.410 professores, 3.501 estudantes de doutorado e 4.445 estudantes de mestrado, totalizando 7.496 estudantes no *stricto sensu*, sendo mais de 150 originários de outros países da América Latina, África e Europa. A UFRGS recebeu, em 2008, 1.088 bolsas de doutorado e 1.255 bolsas de mestrado, concedidas pela CAPES ou pelo CNPq, e titulóu 534 doutores e 1.063 mestres. Muito do sucesso da pós-graduação depende da atividade dos grupos de pesquisa. Hoje, são 625 grupos, dos quais 278 são considerados consolidados pelos critérios do Diretório do CNPq. A UFRGS possui um expressivo número de estudantes em iniciação científica (em diversos programas) e 30% da comunidade acadêmica participa ativamente das atividades de pesquisa.

Nesse contexto, o Programa de Pós-Graduação em Economia, com seus cursos de mestrado acadêmico e profissionalizante e de doutorado, organiza-se, desde 2004, em torno de duas áreas de concentração – Economia Aplicada e Economia do Desenvolvimento –, com suas respectivas linhas de pesquisa, com uma dinâmica de gestão que confere grande autonomia às áreas de pesquisa na proposição de atividades de formação. Entre permanentes e colaboradores, o PPGE tem 34 docentes. Há inúmeros convênios e um forte fluxo cotidiano de intercâmbio internacional de alunos e professores, com apoio das agências nacionais de fomento (CAPES e CNPq), bem como de instituições estrangeiras. Na mais recente avaliação trienal, o Programa obteve nota 5.

A partir do estímulo das agências de fomento e de iniciativas de professores do próprio Programa, o PPGE está engajado na qualificação de professores de outras instituições de ensino, através dos cursos de mestrado e doutorado interinstitucional. Atualmente, está em andamento o mestrado profissionalizante interinstitucional com a Universidade Federal de Roraima, e um doutorado interinstitucional com a Universidade Estadual do Mato Grosso.

O Programa tem pautado sua organização e sua existência institucional pela observância de três compromissos fundamentais: a excelência e o rigor acadêmico e científico; o desenvolvimento de um pensamento crítico e questionador voltado para os desafios presentes na área da Economia. Observa-se uma tendência de crescimento ao longo da história do Programa, com o aumento do número de professores, de alunos e, conseqüentemente, de titulados. Durante o triênio 2004/2006, foram defendidas 13 teses de doutorado, 36 dissertações de mestrado acadêmico e 89 dissertações de mestrado profissionalizante. Nos anos de 2007-2008 o número de titulados foi de 13 doutores, 25 mestres (modalidade acadêmica) e 15 mestres (modalidade profissionalizante).

Desde 2004 os cursos de mestrado e doutorado acadêmico estão organizados em duas áreas de concentração: Economia Aplicada e Economia do Desenvolvimento. Ambas contemplam a realização de pesquisas com temas

das diversas subáreas da Economia. Os quadros a seguir permitem visualizar a estrutura atual do Programa. São apresentadas as linhas de pesquisa com suas respectivas disciplinas.

Área de Economia Aplicada

Além das disciplinas obrigatórias de Matemática, Econometria e Microeconomia, os estudantes dessa área podem optar por fazer créditos complementares nas seguintes subáreas:

QUADRO 1 – ESTRUTURA DA ÁREA DE ECONOMIA APLICADA

Linha de pesquisa	Disciplinas
Econometria Aplicada	Econometria II Econometria III Microeconometria Processos Estocásticos
Economia Matemática e Econofísica	Tópicos Especiais em Matemática Econofísica
Economia de Empresas	Organização Industrial Economia da Tecnologia Avaliação de Empresas
Desenvolvimento Humano e Regional	Economia do Desenvolvimento Economia Regional Nova Economia Institucional Crescimento Econômico Economia da Pobreza
Economia Política e Setor Público	Finanças Públicas I Finanças Públicas II Nova Economia Institucional Economia Política Moderna I Economia Política Moderna II
Economia do Trabalho	Economia do Trabalho Microeconometria

Área de Economia do Desenvolvimento

Além das disciplinas obrigatórias de Teoria Econômica (Microeconomia, Macroeconomia e Economia Política), Econometria, Desenvolvimento e Economia Brasileira, os estudantes dessa área podem optar por fazer créditos complementares nas seguintes subáreas:

QUADRO 2 – ESTRUTURA DA ÁREA DE ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO

Linha de pesquisa	Disciplinas
Desenvolvimento: Instituições, Estratégias Privadas e Políticas Públicas	Economia Institucional Organização Industrial Desenvolvimento Sustentável Desenvolvimento e Mercado de Trabalho Desenvolvimento Regional: Teorias e Políticas Economia da Tecnologia Avaliação de Empresas Desenvolvimento e Relações de Trabalho
Economia Brasileira	Economia Política II Capitalismo Contemporâneo Interpretação do Brasil Tópicos Especiais de Economia Brasileira Estado e Desenvolvimento Comparado
Economia Internacional e Integração	Macroeconomia II Finanças Internacionais Economia Política das Relações Internacionais Economia Monetária e Financeira

Os quadros revelam a ampliação do PPGE em termos de capacidade e diversificação de suas atividades. Com a reestruturação do Programa, em 2004, o fluxo médio anual de entrada de novos estudantes praticamente dobrou, atingindo, para o conjunto das duas áreas, algo entre 15 e 20 novos(as) doutorandos(as), e cerca de 20 novos(as) mestrandos(as) por ano.

A diversidade temática e metodológica, característica importante da Ciência Econômica, traduz-se plenamente no PPGE neste início de século XXI. E isso se dá de forma alinhada à sua tradição de excelência no ensino e pesquisa. O Quadro 3 atualiza o esforço original do professor Roberto Moraes em compilar os principais acontecimentos que marcaram a vida do Programa. Em suas quase quatro décadas de funcionamento, alunos(as) e professores(as) do PPGE têm se destacado academicamente em diversas frentes. Aqui foram elencados alguns prêmios obtidos, especialmente do BNDES e ANPEC (Haralambos Simeonidis), sem a pretensão de se ser exaustivo, na medida em que outras distinções vêm sendo obtidas.³

Assim, merecem destaque os professores Pedro Fonseca (1987) e Flávio Comim (2000), cujas teses de doutorado receberam o prêmio Haralambos

3 Por exemplo: Prêmio Brasil de Economia do COFECON, categoria dissertação (2º lugar), em 2007; XI Prêmio Tesouro Nacional (3º lugar), em 2006; Prêmio BNB (3º lugar), em 2006.

Simeonidis. Com relação ao Prêmio BNDES, vários professores(as) que atualmente compõem o corpo docente do PPGE receberam-no por suas dissertações: Pedro Fonseca (2º colocado) e Maria Heloisa Lenz (4º lugar), em 1982; Giacomo Balbinotto Neto (1º lugar), em 1991; e Hélio Henkin (3º lugar), em 1993. Ex-alunos do PPGE também foram premiados pelo BNDES: Neio Lúcio Peres Gualda (4º lugar), em 1989; Divanildo Triches (2º lugar), em 1992; Regina Madalozzo (5º lugar), em 2000; César van der Laan (2º lugar), em 2007; e Kellen Fraga (5º lugar), em 2008.

QUADRO 3 – BREVE HISTÓRICO DE FATOS RELEVANTES DO PPGE⁴

Ano	Coordenador do PPGE	Eventos marcantes
1972	Maurício Filchtiner	Ingresso da primeira turma
1973-1974	Carlos A. Crusius	1973 – Primeiras teses defendidas 1974 – Fundação da Anpec
1975-1980	Haralambos Simeonidis	1978 – Encontro da Anpec em Gramado
1981-1983	Nuno Renan Lopes de Figueiredo Pinto	1982 – 2o e 4o lugar no Prêmio BNDES
1984-1985	Yeda R. Crusius	
1986-1987	Pedro Cezar Dutra Fonseca	1987 – Distinção Haralambos Simeonidis
1988-1989	Roberto C. Moraes	1989 – 4o lugar Prêmio BNDES
1990-1991	Nali J. de Souza	1991 – 1o lugar Prêmio BNDES
1992-1993	João Rogêgio Sanson	1992 – 2o lugar BNDES 1993 – 3o lugar BNDES
1994	Nali J. de Souza	Conceito A CAPES
1995-1996	Roberto C. Moraes	1996 – Primeira tese de doutorado defendida
1997-2000	Marcelo S. Portugal	1998 – Nível 6 CAPES 1999 – Início do mestrado profissional 2000 – 5º lugar BNDES 2000 – Prêmio Haralambos (Livros e Teses)
2001-2004	Eduardo Pontual Ribeiro	2004 – Ampliação do PPGE: áreas de Aplicada e Desenvolvimento
2005-2006	Fernando Ferrari Filho	
2007-2008	Marcelo S. Portugal	2007 – 2º lugar BNDES 2008 – 5º lugar BNDES
2009	André Moreira Cunha	Centenário da FCE

Fonte: Atualizado a partir de Moraes (2000)

4 O bom funcionamento do Programa em sua dimensão administrativa tem sido viabilizado pelo trabalho da equipe de secretaria. Ao longo de sua existência, o PPGE teve duas secretárias titulares: Marilda R. Barbosa (1972-1986) e Iara Cleci Machado (1987-atual).

Outra evidência importante da excelência da produção científica do corpo docente, muitas vezes em coautoria com discentes do Programa, está no indicador compilado pelo Comitê de Avaliação da CAPES, cuja análise mais recente, realizada com base nas publicações do PPGE no triênio 2004-2006, indica que o Programa tinha uma pontuação⁵ *per capita* de 37,4 (para se colocar em perspectiva, a média da área de Economia foi de 20,2). Essa produção tem se distribuído em periódicos científicos e livros internacionais e nacionais.

Consolidada a área de pós-graduação, atingida a liderança na região Sul e o destaque em nível nacional, a partir dos esforços pioneiros já descritos por Moraes (2000) e Mielitz Netto (2000), no período recente tem-se procurado ampliar a internacionalização, tanto na produção científica quanto na atração de estudantes e professores para realizar, integral ou parcialmente, uma parte de suas pesquisas no PPGE. Para os próximos anos, o Programa tem como desafio central dar continuidade ao processo de ensino e pesquisa, procurando reforçar sua projeção nacional e, principalmente, internacional.

Os desafios do PPGE para o século XXI

Neste texto procurou-se resgatar, de forma breve, as origens e o desenvolvimento recente do PPGE. Graças aos esforços pioneiros de várias gerações de professores e alunos, o Programa chegou, neste centenário da FCE, em uma condição de plena consolidação. Ao longo destes quase quarenta anos de atividades, afirmou-se sua imagem de excelência no ensino e na pesquisa de Economia, o que o torna uma instituição líder na região Sul e um dos destaques da área em nível nacional. Por seu corpo docente e discente têm passado pessoas que ocuparam (e ocupam) posições de relevo nas esferas pública e privada. Para não ser exaustivo e não se incorrer no risco da omissão de nomes importantes, basta afirmar que egressos do Programa e seus professores têm estado presente em funções de liderança nos vários governos, em suas três esferas (União, estado e municípios), nos centros de pesquisa, nas universidades e no setor privado.

O PPGE tem demonstrado a capacidade de renovar-se e de ampliar suas atividades, dando conta de responder aos desafios colocados em cada momento do tempo. Nos últimos anos, a crescente integração da economia brasileira à economia mundial, no contexto mais geral de transformações estruturais associadas ao que se convencionou denominar de globalização econômica, propiciou uma ampliação dos estudos atinentes à esfera internacional. Isso deu-se sem comprometimento das temáticas mais tradicionais associadas ao desenvolvimento da economia nacional e local, e dos temas teóricos.

Em 2009, ano do centenário da FCE, a economia mundial experimenta a maior crise econômica desde 1929. Naquele momento, a profundidade da ruptura dos mercados financeiros, da produção e do emprego e, sobretudo,

5 Os periódicos internacionais e nacionais são classificados pelo sistema Qualis da CAPES. Cada tipo de publicação tem uma pontuação associada. Ver mais informações no endereço <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis>>.

a consequente instabilidade política e social que culminou com a ascensão de regimes políticos totalitários, desembocando na Segunda Grande Guerra Mundial, propiciaram uma profunda renovação do pensamento econômico. A revolução keynesiana e a importância crescente do desenvolvimento econômico são exemplos notórios nesse sentido.

Economistas contemporâneos influentes⁶ vêm argumentando que a crise financeira global em curso tem o potencial de quebrar aquilo que parecia ser uma nova etapa de acomodação da ciência.⁷ Desde meados dos anos 1970, o fortalecimento das críticas políticas e acadêmicas ao modelo de Estado de Bem-Estar Social e ao maior ativismo estatal produziu um relativo consenso anti-intervencionista dentro do *mainstream*⁸ da Economia, que serviu de matriz para a adoção de políticas de recorte mais liberal. A desregulamentação de diversos setores da economia, as privatizações, a liberalização comercial e financeira, a uniformização das instituições e dos padrões de gestão monetários e fiscal passaram a fazer parte, em maior ou menor grau, das políticas domésticas de muitas economias maduras e em desenvolvimento.

No final dos anos 1980, início dos 1990, havia uma grande expectativa de que aquelas reformas, chamadas de “pró-mercado” ou, ainda, de Consenso de Washington, seriam capazes de produzir uma nova trajetória de crescimento, estabilidade econômica e inclusão social. Tal perspectiva alterou-se a partir do final dos anos 1990, quando, por um lado, muitos países que adotaram tais políticas experimentaram profundas crises financeiras e, por outro, pelo efeito-demonstração de que estratégias desalinhasadas do novo consenso estavam logrando resultados positivos em várias dimensões, como nos casos dos processos de rápida modernização de China e Índia.⁹

Instituições multilaterais que, até então, eram promotoras do consenso, passaram a avaliá-lo de forma mais crítica, até porque já não se poderia ignorar o peso das evidências de que a dimensão financeira da “globalização com desregulamentação” havia produzido mais estragos do que desenvolvimento.¹⁰ Nesse sentido, a crise originada no sistema financeiro estadunidense, até então conside-

6 Colander et al. (2009); Eichengreen (2009); El-Erian (2008); Rodrik (2009); Uzan (2008).

7 Em 2003, o Prêmio Nobel em Economia, Robert Lucas Jr., afirmava: “My thesis in this lecture is that macroeconomics in this original sense has succeeded: Its central problem of depression-prevention has been solved, for all practical purposes, and has in fact been solved for many decades”. Neste mesmo sentido, Ben Bernanke popularizou a expressão “Grande Moderação”, que sugeria estar o ciclo econômico devidamente domado. Ver Lucas Jr. (2003, p. 1) e Bernanke (2004).

8 Este termo se presta às mais diversas interpretações. Opta-se aqui por seguir Colander, que sugere ser o *mainstream* da Economia a elite da profissão. Neste sentido, tal elite abriga economistas mais vinculados às tradições teóricas neoclássicas. Abordagens mais críticas, como as keynesianas, marxianas, neo-ricardianas, institucionalistas de diversas matizes, são usualmente consideradas “heterodoxas” e, portanto, relativamente menos influentes no contexto de predomínio do pensamento liberal entre os anos 1980 e 2000. Ver Colander, Holt e Rosser Jr (2004).

9 Dani Rodrik (2007) fornece-nos uma ampla discussão sobre este tema.

10 Ver, por exemplo, World Bank (2005) e Prasad et al. (2003).

rado o polo irradiador das melhores práticas de mercado, parece estar representando um realinhamento de perspectivas acadêmicas e de política econômica.

Portanto, longe de falsos consensos, os economistas contemporâneos seguem se defrontando com os velhos dilemas que deram origem à nossa ciência, quais sejam:¹¹ como produzir progresso material em sociedades complexas; como garantir que a dinâmica de criação de riqueza não crie fissuras no tecido social capazes de comprometer o próprio processo de reprodução da sociedade; que papéis atribuir ao Estado e aos mercados; como preservar graus de liberdade para a promoção do desenvolvimento nacional e, ao mesmo tempo, garantir que indivíduos e empresas interajam com liberdade nas dimensões cultural, política e econômica. A esses temas clássicos agregaram-se tantos outros que são fundamentais para o futuro da humanidade, particularmente as questões de meio ambiente, democracia, violência urbana, transparência e ética nas governanças privada e pública.

Para lidar com tal diversidade, os economistas têm em seu arsenal uma ampla variedade de ferramentas analíticas, herdadas de mais de dois séculos de reflexão sistemática sobre a natureza das economias de mercado. Nesse sentido, o PPGE tem condições de seguir cumprindo sua missão de formar recursos humanos e de produzir conhecimento, na medida em que sua estrutura e corpos docente e discente reverberam aquele leque amplo de modelos analíticos e métodos de pesquisa. Se, nos últimos vinte e cinco anos, as discussões acadêmicas foram estreitadas pela pretensa existência do consenso anteriormente referido, é bem possível que os anos que se avizinham sejam marcados pelo esforço de dar maior conteúdo substantivo às distintas e legítimas visões abrangidas na ciência econômica.

Referências

BERNANKE, Ben. *The Great Moderation*. Remarks by Governor Ben S. Bernanke at the meetings of the Eastern Economic Association, Washington, DC, February 20, 2004. Disponível em: <<http://www.federalreserve.gov/BOARDDOCS/SPEECHES/2004/20040220/default.htm>>.

COLANDER, David et al. *The Financial Crisis and the Systemic Failure of Academic Economics*. 2009. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/p/kie/kieliw/1489.html>>. Acesso em: 19 abr. 2009.

11 Não deixa de ser irônico que, mais de dois séculos depois de Smith publicar *A riqueza das nações*, o Banco Mundial tenha patrocinado um amplo estudo para tentar entender os determinantes do sucesso de alguns países na promoção de trajetórias sustentáveis de crescimento. Liderados pelos ganhadores de Prêmio Nobel Robert Solow e Michel Spence, dezenas de especialistas, dentre eles, ex-policymakers, não foram capazes de produzir uma “síntese geral” capaz de traduzir a visão do mainstream, que usualmente associa o progresso material à perseguição de políticas orientadas aos mercados. Assim, chamam a atenção, na leitura do documento final, a diversidade das experiências nacionais concretas, usualmente dependentes da trajetória histórica e de circunstâncias idiossincráticas, bem como o papel estratégico do Estado no estímulo ao desenvolvimento. Ver Commission on Growth and Development (2008).

COLANDER, David; HOLT, Richard; ROSSER JR., Barkley. The changing face of mainstream economics. *Review of Political Economy*, Taylor and Francis Journals, v. 16, n. 4, p. 485-499, October 2004.

COMMISSION ON GROWTH AND DEVELOPMENT. *The Growth Report: strategies for sustained growth and inclusive development*. Washington, DC: IADB/World Bank, 2008. Disponível em: <<http://www.growthcommission.org/storage/cg-dev/documents/report/growthreportfrontmatter.pdf>>. Acesso em: jun. 2009.

EICHENGREEN, B. *The Global Credit Crisis as History*. 2009. Disponível em: <<http://www.econ.berkeley.edu/~eichengr/new.html>>. Acesso em: 19 abr. 2009.

EL-ERIAN, M. *When Markets Collide: investment strategies for age of global economic change*. New York: McGraw Hill, 2008.

LUCAS JR., Robert E. Macroeconomic Priorities. *American Economic Review*, American Economic Association, v. 93, n. 1, p. 1-14, March 2003. Disponível em: <<http://home.uchicago.edu/~sogrodow/homepage/paddress03.pdf>>. Acesso em: jun. 2009.

MIELITZ NETTO, C. G. A. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. In: CARRION, Otilia B. K. et al. *O ensino de Economia na UFRGS*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000. p. 50-54.

MORAES, R. C. Programa de Pós-Graduação em Economia. In: CARRION, Otilia B. K. et al. *O ensino de Economia na UFRGS*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000. p.55-62.

PRASAD, E.; ROGOFF, K.; WEI, S.; KOSE, M. A. *Effects of Financial Globalization on Developing Countries: Some Empirical Evidence*. Washington, DC: International Monetary Fund, 2003.

RODRIK, Dani. *Blame the Economists, not Economics*. 2009. Disponível em: <<http://www.project-syndicate.org/commentary/rodrrik29>>. Acesso em: 19 abr. 2009.

RODRIK, Dani. *One Economics, Many Recipes: Globalization, Institutions, and Economic Growth*. Princeton: Princeton University Press, 2007.

UZAN, M. *Building an International Monetary and Financial System for the 21st Century: agenda for reform*. New York: Reinventing Bretton Woods Committee, November 2008. Disponível em: <<http://media.rgemonitor.com/papers/0/RBWCAGendaforReformeBook.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2009.

WORLD BANK. *Economic Growth in the 1990s: learning from a decade of reform*. Washington, DC: World Bank, 2005.